

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP Nº 010/2025

1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS

Nº Processo Administrativo: 2.830/2025

Área Requisitante: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca

Data de elaboração: 07/10/2025

2 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida encontra-se alinhada ao Planejamento de Contratação Anual – 2025 do Águia Branca Prev.

3 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca – Águia Branca Prev, quanto à elaboração de diagnósticos de natureza econômica, financeira e atuarial, com vistas à avaliação e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) municipal, em conformidade com as exigências legais e normativas estabelecidas e pelo Ministério da Previdência Social (MPS).

A Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos RPPS, estabelecendo parâmetros obrigatórios para a apuração do equilíbrio financeiro e atuarial, bem como diretrizes para a elaboração de planos de custeio e políticas de investimentos. Nesse sentido, a realização de estudo técnico por empresa especializada é medida essencial para garantir a observância dessas normas, especialmente no que se refere à data-focal de 31 de dezembro de 2025, conforme o calendário atuarial previsto.

A contratação busca, portanto, assegurar que o Instituto disponha de informações técnicas consistentes e atualizadas acerca da situação atuarial do Plano Previdenciário, incluindo a análise de receitas, despesas, provisões matemáticas e fluxos de caixa futuros, além da proposição de medidas corretivas e preventivas para o equilíbrio do regime. Tais informações são indispensáveis para subsidiar decisões administrativas e financeiras que envolvam a sustentabilidade do RPPS e o cumprimento das obrigações previdenciárias do ente federativo.

Ademais, conforme determina a Portaria MPS nº 1.464/2022 e o Manual de Avaliação Atuarial dos RPPS, a realização de estudo técnico dessa natureza deve observar princípios de independência, imparcialidade e qualificação técnica dos responsáveis, razão pela qual se faz necessária a contratação de empresa com competência comprovada em consultoria atuarial, econômica e financeira, dotada de profissionais habilitados e registrados junto aos conselhos de classe competentes.

Ressalta-se que o diagnóstico técnico a ser elaborado permitirá à gestão do Instituto identificar riscos, avaliar passivos previdenciários e adotar medidas de adequação de alíquotas e políticas de custeio, conforme determina o regramento brasileiro. Assim, o produto resultante da contratação é condição indispensável para garantir a

conformidade do RPPS com as normas federais, bem como para a prestação de contas junto à Secretaria de Regime Próprio de Previdência Social (SRPPS), TCEES e outros demais órgãos.

Dessa forma, a contratação proposta revela-se essencial e inadiável para o cumprimento das obrigações legais do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca, visando assegurar a transparência, sustentabilidade e regularidade atuarial do regime, em observância ao princípio da eficiência administrativa e à boa governança previdenciária.

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO/REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa contratada deverá:

- Elaborar diagnóstico econômico, financeiro e atuarial com data-focal em 31/12/2025, conforme parâmetros da Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normas;
- Apresentar relatório completo, contendo metodologia, hipóteses atuariais, projeções, passivos, plano de custeio e medidas de equilíbrio;
- Emitir parecer técnico com recomendações para adequação das políticas de custeio, alíquotas e sustentabilidade do regime;
- Disponibilizar profissional atuário devidamente registrado;
- Garantir suporte técnico e esclarecimento de dúvidas durante o processo de análise e aprovação do demonstrativo atuarial junto ao MPS e ao TCEES.

7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa da quantidade a ser contratada está presente no ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS.

8 – ESTIMATIVA DE VALORES

O valor estimado para a contratação é de R\$ 29.740,00 (vinte e nove mil e setecentos e quarenta reais), conforme o ANEXO II – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

9 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O parcelamento da solução refere-se à contratação realizada por item, sempre que o objeto for divisível, não haja prejuízo da solução e permita ampla participação de licitantes. Neste contexto, a presente contratação deverá ser organizada de modo global, ou seja, não se admite a divisibilidade do objeto de contratação.

10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

As contratações correlatas são aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si; já as contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração. Portanto, após verificação, observou-se que não se faz necessária a realização de demais

contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido no exercício de 2025.

Em contrapartida, entendemos ser necessário analisar a possibilidade de realização de futuros aditivos, com estrita observância à Lei nº 14.133/2021.

11 – RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação pretendida, espera-se obter um diagnóstico completo, preciso e atualizado da situação econômico-financeira e atuarial do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca – Plano Previdenciário, com data-focal em 31/12/2025, contemplando também os benefícios custeados pelo Tesouro Municipal.

O principal resultado esperado é a produção de estudos e análises técnicas que possibilitem a verificação do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), conforme preconizado pela legislação vigente, especialmente pela Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normativos correlatos.

A partir do diagnóstico elaborado, pretende-se obter subsídios técnicos que orientem a tomada de decisão da gestão previdenciária e do Poder Executivo Municipal quanto à adoção de medidas corretivas ou preventivas capazes de garantir a sustentabilidade do plano previdenciário, bem como a segurança dos benefícios futuros dos segurados e dependentes.

Entre os resultados específicos esperados, destacam-se:

- A elaboração de relatório técnico contendo a avaliação atuarial anual, com projeções de receitas, despesas e reservas do RPPS;
- A identificação de possíveis desequilíbrios e riscos atuariais, financeiros e econômicos;
- A proposição de alternativas e medidas para o restabelecimento e manutenção do equilíbrio atuarial e financeiro do Instituto;
- A disponibilização de informações consolidadas que subsidiem o planejamento orçamentário e financeiro da autarquia e do Município;
- O fortalecimento da transparência e da governança previdenciária, por meio da disponibilização de informações técnicas claras e fundamentadas.

Com isso, almeja-se assegurar que o Instituto de Previdência mantenha sua capacidade de honrar os compromissos assumidos junto aos servidores públicos e seus dependentes, preservando a sustentabilidade do sistema previdenciário municipal no curto, médio e longo prazo.

12- PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Imediatamente à celebração do contrato, o Águia Branca Prev procederá à elaboração de leiautes, ao encaminhamento de documentos e à disponibilização de todas as informações necessárias à realização do serviço.

13- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

Não se aplica.

14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se VIÁVEL em termos de disponibilidade de mercado, consoante a legislação em vigor, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação. A aquisição do objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo.

15- ANEXOS

São anexos do presente ETP os seguintes documentos:

Anexo 1 - Relação de itens

Anexo 2 – Estimativa do valor da contratação

16- RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP
--

Elaboração do ETP

Nome: Ines Gomes Silva	
Matrícula: 453	Cargo/Função: Diretora de Previdência e Atuária/Agente de Contratação

Aprovação do ETP

Nome: Gilvani Pereira Rosa	
Matrícula: 481	Cargo/Função: Diretor-Presidente

ANEXO I - RELAÇÃO DE ITENS

Item	Discriminação
01	1. Discriminação das informações e do layout das bases de dados a serem disponibilizados pelo RPPS (Plano Previdenciário e Benefícios do Tesouro) 2. Análise e crítica da base de dados (Plano Previdenciário e Benefícios do Tesouro) 3. Parecer Atuarial Conclusivo acerca da qualidade, amplitude e atualização da base de dados (Plano Previdenciário e Benefícios do Tesouro) 4. Seleção das hipóteses financeiras, econômicas, biométricas, demográficas e atuariais, dos regimes financeiros e previdenciários e métodos atuariais de capitalização e demais mecanismos de dimensionamento dos compromissos do RPPS e a realização dos estudos atuariais (Plano Previdenciário e Benefícios do Tesouro) 5. Elaboração dos cálculos atuariais de diagnóstico do equilíbrio atuarial incluindo o levantamento dos custos previdenciários, identificando as provisões matemáticas, o patrimônio necessário para a preservação do equilíbrio, valor de Superávit ou Déficit Técnico e as alíquotas de contribuição necessárias (Plano Previdenciário e Benefícios do Tesouro) 6. Elaboração de projeções atuariais de fluxos financeiros futuros anuais contendo as receitas e despesas segmentadas entre benefícios a conceder e benefícios concedidos e em relação aos tipos de receitas e tipos de benefícios (Plano Previdenciário e Benefícios do Tesouro) 7. Elaboração de relatório de Avaliação Atuarial Anual contendo, no mínimo, resultados da crítica da base cadastral, a descrição das hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais de capitalização, descrição dos benefícios do plano, descrição do Plano de Custeio vigente, provisões matemáticas, patrimônio necessário para a preservação do equilíbrio, valor de Superávit ou Déficit Técnico, alíquotas de contribuição necessárias, proposta de plano de amortização de déficit atuarial se houver, comparativo com as Avaliações Atuariais de fechamento dos 03 exercícios anteriores, resultados das projeções atuariais de fluxos financeiros futuros anuais e Parecer Conclusivo (Plano Previdenciário e Benefícios do Tesouro) 8. Revisão do Plano de Custeio. Geração de relatório completo de equacionamento do déficit atuarial contendo a descrição e os resultados por cenário (Plano Previdenciário e Benefícios do Tesouro) 9. Elaboração do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA no formato exigido pelo Ministério da Previdência Social - MPS e em conformidade com as Portarias MPS nº 403/2008 e 563/2014 (Plano Previdenciário e Benefícios do Tesouro) 10. Elaboração do Demonstrativo das Projeções Atuariais previsto pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo demonstrar para os próximos 75 anos (Plano Previdenciário e Benefícios do Tesouro)

11. Elaboração de Nota Técnica Atuarial - NTA - para cada Plano de Benefícios contendo a descrição dos elementos técnicos que compõe os cálculos efetuados para a geração do relatório de Avaliação Atuarial incluindo a descrição das bases técnicas, das hipóteses, financeiras, econômicas, biométricas, demográficas e atuariais, descrição dos regimes previdenciários e financeiros e métodos atuariais de capitalização, descrição dos benefícios do plano, descrição do Plano de Custeio vigente, expressões de cálculo do valor atual dos benefícios futuros por tipo de benefício e por tipo de segurado, expressões de cálculo do valor atual das contribuições futuras por tipo de contribuinte e por tipo de contribuição, expressões de cálculo das provisões matemáticas e expressões de cálculo das alíquotas de equilíbrio do plano (Plano Previdenciário e Benefícios do Tesouro)
12. Elaboração do Anteprojeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, devendo constar exercícios, receitas previdenciárias, despesas previdenciárias, resultado previdenciário e saldo financeiro do exercício.
13. Elaboração de Estudo de Viabilidade Orçamentária e Financeira do Plano de Amortização do Déficit Atuarial – SUSTEN.
14. Elaboração do Balanço Atuarial que compõe a Avaliação Atuarial do RPPS e do Tesouro Municipal.
15. Declaração do atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial.
16. Apuração de indicadores de acompanhamento, com o objetivo de medir o índice de capitalização do RPPS, devendo apresentar o Índice de Cobertura da Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos (Ativo/PMPB concedidos), o Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas Previdenciárias (Ativo/PMP) e outros que porventura a Contratada possa solicitar. Os indicadores deverão ser apresentados no momento X0 (momento inicial – ano a que se refere o Cálculo Atuarial) e projetados para os próximos 4 (quatro) anos, de acordo com os dados da avaliação atuarial. Os índices deverão ser destacados e detalhados em formato de declaração em arquivo Word e pdf, com data, assinatura e demais aspectos legais referentes ao profissional que elaborou o Cálculo Atuarial.
17. ESTATIS - Estatística da população coberta dos segurados que compuseram a avaliação atuarial com data de cálculo posicionado em 31/12 e data-base e com dados posicionados entre julho a dezembro, ambos do exercício de competência da PCA. Deverá evidenciar no mínimo, as informações dos segurados de formas segregadas por tipo de plano, de massa, por órgão/entidade, tipo de população coberta e por sexo: a quantidade de segurados, média da base de cálculo/benefício, idade média, idade média aposentadoria projetada, idade média de admissão e valor da folha mensal (arquivo PDF).
18. DURPASS - Demonstrativo de duração do passivo, parte integrante dos fluxos atuariais, contendo o resultado da duração do passivo, com base no valor médio, em anos, do prazo do fluxo de pagamento líquido de benefícios do RPPS, ponderado pelos valores presentes desses fluxos, assim como de sua análise evolutiva, correspondente com as informações contidas no Relatório da Avaliação Atuarial (arquivo PDF).
19. HIPOTES - Relatório de análise das hipóteses atuariais, contendo resultados dos estudos técnicos de aderência e de acompanhamento das hipóteses, assim como do fun-

	damento de sua escolha e o critério utilizado na avaliação atuarial, abrangendo, no mínimo, as seguintes hipóteses: a) taxa atuarial de juros; b) crescimento real das remunerações; e, c) probabilidade de ocorrência de morte e invalidez. Na elaboração deste demonstrativo previsto no inciso VIII do art. 68 da Portaria MF nº 464/2018 deverão ser observados os prazos previstos no art. 8º da Instrução Normativa SPREV nº 9, de 21 de dezembro de 2018 (arquivo PDF). 20. Demais arquivos solicitados pelo Águia Branca Prev Observação: Todas as peças deverão ser feitas para o Plano Previdenciário e para os Benefícios do Tesouro.
--	---